

ATA DE JULGAMENTO

No dia 03 de junho 2025, no edifício da Companhia de Tecnologia de Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, situado na rua Mateus Leme, 1561, na presença de Elisabete Nehrke, a Coordenadora da Disputa designada pela Portaria nº 144 de 01/08/2024, realizou a sessão de análise e julgamento do recurso interposto pela empresa **POSITIVO TECNOLOGIA S/A** alusiva ao Pregão Eletrônico nº 103/2024, cujo objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de Câmeras IP para reconhecimento Facial, Câmeras IP WI-FI, Switches e Desktops, incluindo manutenção, suporte técnico e demais condições estabelecidas no Termo de Referência., nos termos do edital e seus anexos.

A análise e julgamento foi realizada conforme detalhado a seguir:

DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de recurso interposto pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A, com pedidos relativos a LE 103/2024 (e-protocolo nº 23.070.017-6), em face de pedido que reclassificou e declarou vencedora a proposta da licitante GRUPO MULTI S/A, no lote 1 da licitação.

A Coordenadora da Disputa deu início ao julgamento constatando que o recurso foi interposto no dia 28/04/2025, por e-mail enviado no endereço eletrônico licita@celepar.pr.gov.br.

O resultado do julgamento do PE 103/2024 (e-Protocolo nº 23.070.017-6) das propostas e documentação restou publicado em 1, sendo que o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis encerrou-se em 22/04/2025, dessa forma o recurso é tempestivo.

Desta forma, o presente pedido será tratado com base na Lei 13303/2024 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Celepar – RILC.

1. DAS RAZÕES EXPOSTAS NO PEDIDO

A recorrente pugna para que seu pedido seja apreciado e insurge-se contra a decisão que reclassificou e declarou vencedora a proposta da licitante GRUPO MULTI.

Seguem os principais pontos das razões recursais:

(...)

- – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

3. Preliminarmente, pede-se licença para enfatizar que a POSITIVO é uma empresa sólida, **100% (cem por cento) brasileira**, uma das líderes no mercado nacional em soluções e produtos de tecnologia, com expertise de mais de 35 (trinta e cinco) anos de

atuação, inclusive em Projetos de Tecnologia da Informação de grande porte e complexidade no Segmento Governamental. Para tanto, possui todo o know how para participar de licitações, com uma equipe de profissionais altamente especializados, além de toda a sua infraestrutura fabril que lhe permite ofertar equipamentos de excelente qualidade técnica e por um preço bastante competitivo.

4. Reafirmando, desde já, o respeito que dedica à COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ ("CELEPAR"), ao(à) Sr.(a). Coordenador(a) **da Disputa, aos integrantes da equipe de apoio e aos demais servidores envolvidos na condução da licitação, a POSITIVO registra que o seu inconformismo em relação a decisão prolatada não se faz de maneira desarrazoada ou visando turbar o procedimento licitatório em apreço. O presente Recurso se destina unicamente à preservação do direito subjetivo da RECORRENTE e da legalidade do certame.**

5. Considerando que o Instrumento Convocatório é a lei interna da licitação, seus termos deverão ser observados e obedecidos tanto pelas empresas que participam da disputa quanto pela entidade promotora, visto que a licitação objetiva à satisfação do interesse público na busca da proposta mais vantajosa, que significa a conjugação dos seguintes fatores: (i) uma licitante que atenda minimamente aos requisitos de habilitação; (ii) um produto que atenda a todas as exigências técnicas estabelecidas; (iii) o menor preço possível.

6. Além disso, a estrita observância aos Princípios Constitucionais, que são norteadores da atividade administrativa, é condição *sine qua non* para a validade e eficácia de qualquer ato administrativo. É o previsto no caput do art. 37 da CF/88, senão vejamos:

"Art. 37 – A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)" (Grifos e destaques acrescidos)

7. Portanto, desta linha mestra constitucional, especialmente quanto ao Princípio da Legalidade, decorre a distinção fundamental entre os atos praticados pela Administração Pública e os atos praticados pelos particulares, como na célebre colocação do Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 82:

"Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'." (Grifos e destaques acrescidos)

8. E neste sentido, com a vênua devida ao trabalho desempenhado por essa Respeitável Comissão de Licitação, mas a decisão levada a termo quanto à reclassificação da sua proposta, do equipamento de amostra e consequente declaração como vencedora do Lote 01 em favor da licitante GRUPO MULTI, não está de acordo com a Legalidade e Isonomia esperadas, conforme se passa a demonstrar:

- DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E AMOSTRA APRESENTADAS PELA LICITANTE GRUPO MULTI PARA O LOTE 01, UMA VEZ QUE NÃO COMPROVOU CONCRETAMENTE ESSENCIAIS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

III A – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA AMOSTRA QUANTO AO ARMAZENAMENTO CRIPTOGRAFADO DO CARTÃO DE MEMÓRIA:

9. De acordo com o Termo de Referência do Edital, as câmeras do Lote 01 devem necessariamente ser acompanhadas de um cartão de memória com armazenamento criptografado:

6.1.24 Deve possuir slot para cartão de memória, **acompanhado de um cartão de memória de 128GB com velocidade de gravação compatível com a câmera e com armazenamento criptografado.**

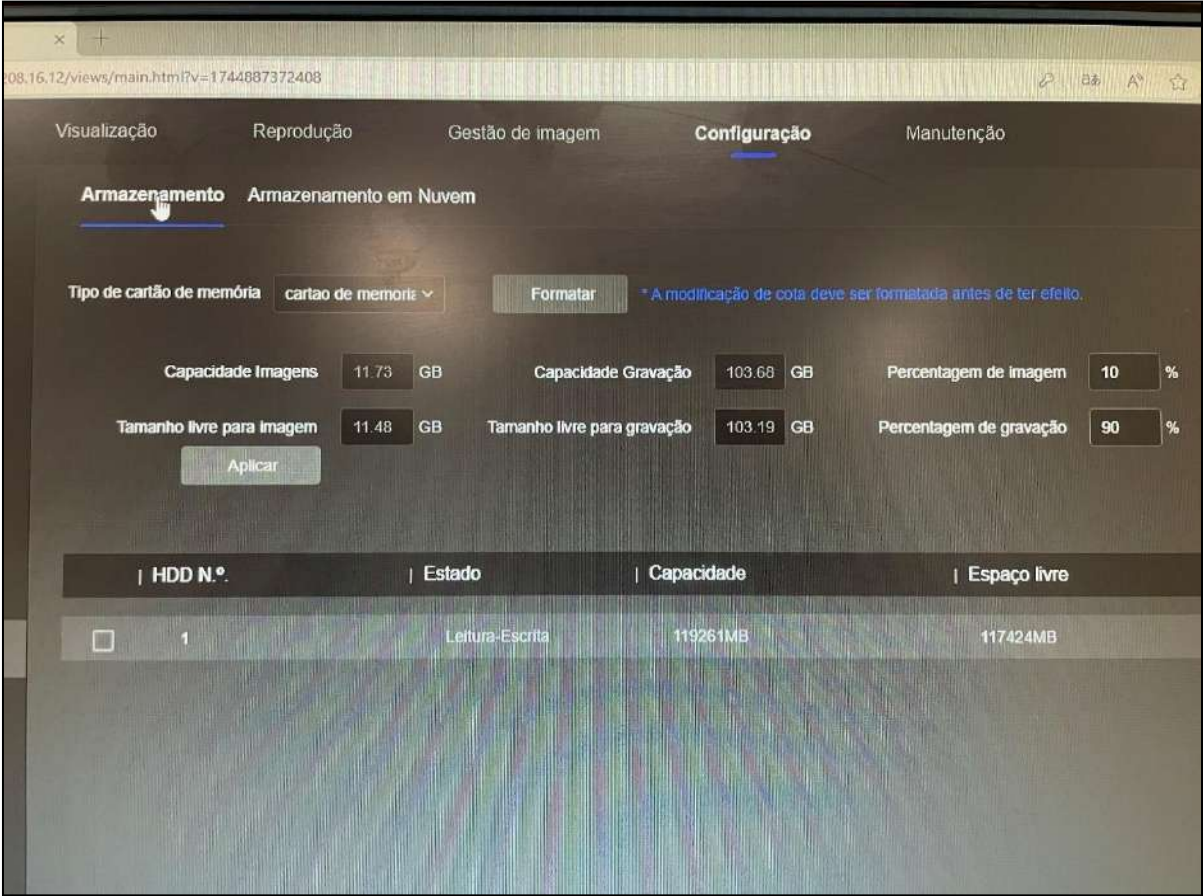
10. Conforme consta da “ATA DE JULGAMENTO” do Recurso interposto pela licitante Grupo Multi, quando da reanálise da proposta da RECORRIDA pela equipe técnica, este ponto foi “comprovado” apenas documentalmente, vejamos:

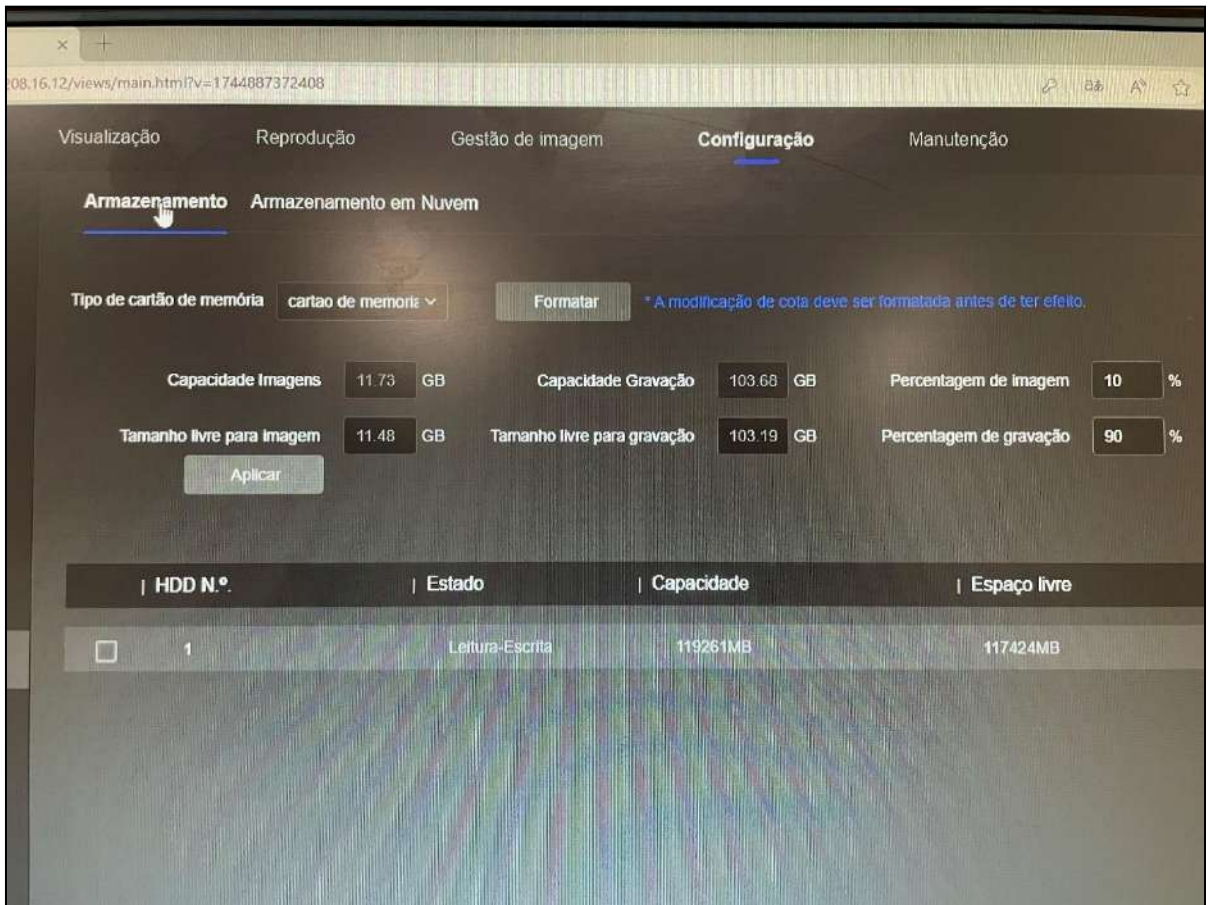
A reanálise considerou a errata publicada(fls 339 mov. 43 e-protocolo 23.070.017-6) e que não foi considerada na análise anterior e a equipe técnica fez a análise e não encontrou divergências conforme planilha a seguir:		
EDITAL: LOTE 1 - ITEM 01 - CÂMERA IP 6MP	Multi - M5 ID840 IKZ AI / Longse LVDBH5XKL800 (fls. 738 a fls. 757, mov 181)	ATENDIMENTO
Fonte documental	https://governo-arquivos.grupomulti.com.br/products/celepar-pr-pe-n-103-2024-57/files/249-datasheet-multi.pdf https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Value/8MP/2023/0329/8341.html	Sim
Fonte da diligência documental		

11. Contudo, esta funcionalidade não pode ser verificada/comprovada apenas através de uma informação documental do datasheet de que o produto é capaz de criptografar o armazenamento no cartão de memória, são necessários testes concretos/efetivos/inquestionáveis, principalmente pela relevância e pelos impactos adversos que a não execução de tal funcionalidade poderá acarretar no uso prático e concreto a que se destinam esses equipamentos dentro das salas de aulas.

12. Insiste-se nesse enfoque porque quando das vistas desta RECORRENTE à amostra apresentada pela licitante GRUPO MULTI, é fato que o produto não apresentou nenhuma informação acerca desta funcionalidade em sua interface, sequer informando que o cartão inserido está criptografado ou ao menos um botão para possibilitar formatação do cartão de memória inserido com ou sem criptografia, e ainda não apresentou a capacidade de configurar uma senha para a criptografia deste cartão de memória da câmera

13. Seguem imagens feitas pela POSITIVO na sessão, acerca da interface do equipamento apresentado para amostra pela RECORRIDA, apenas constando que o cartão de memória está inserido no equipamento, e a realização do processo de formatação, mas sem comprovar nenhuma segurança ou garantia que este possua criptografia no seu armazenamento





14. Ressalte-se desde já que não foi permitido à POSITIVO durante a sessão de vistas à amostra da RECORRIDA o manuseio da câmera, e em decorrência, sem acesso físico ao cartão de memória, impossibilitando à esta RECORRENTE a efetiva demonstração/comprovação à CELEPAR e aos demais presentes, na prática e sem sombra de dúvidas, de que o cartão de memória ofertado pela licitante GRUPO MULTI não possui criptografia de armazenamento, não atendendo assim relevante exigência técnica editalícia e finalística do equipamento!

15. Ora, muito respeitosamente, mas a finalidade da apresentação de um equipamento para amostra é comprovar na realidade (ou seja, física e concretamente, no mundo material) que este equipamento atende a todos os pormenores descritos na sua documentação técnica/proposta, conforme solicitado em edital. A comprovação de tal funcionalidade somente na forma documental, sem a demonstração por meio da sua amostra, prejudica sobremaneira o certame e a análise/aceitabilidade do equipamento ofertado pela licitante GRUPO MULTI.

16. E ainda, não menos importante, que deve ser tratada/analisaada como uma funcionalidade já pronta e disponível nesse momento, não podendo ser aceita qualquer tipo de argumentação por parte da licitante GRUPO MULTI de que será desenvolvida/está em desenvolvimento e que será disponibilizada quando da entrega futura dos equipamentos, sendo que nesse momento de amostra bastaria a comprovação documental do datasheet de que possibilita tal função, que é insuficiente e não atende a exigência do edital!

17. A criptografia é responsável pela codificação de dados a fim de protegê-los contra acessos não autorizados. Ao utilizar este recurso em uma câmera de segurança, as imagens e vídeos capturados são transformados em um formato que só pode ser lido ou reproduzido por alguém que tenha a chave correta de "criptografia" (normalmente armazenada no próprio sistema ou em um local seguro)

18. Deste modo, a criptografia protege as imagens contra visualização indevida, mesmo que o cartão de memória seja retirado fisicamente da câmera em que está instalado, garantindo a confidencialidade dos dados gravados, impedindo a cópia ou distribuição indevida dos arquivos, tornando-os ilegíveis para terceiros sem autorização. Ela também reduz o risco de manipulação das imagens, uma vez que alterações nos arquivos criptografados podem ser detectadas ou torná-los inutilizáveis.

19. A POSITIVO destaca a importância desta funcionalidade, ênfatizando que se trata de uma das exigências mais importantes do edital, devido a aplicação a que se destina o produto: a utilização em escolas para automação do processo de registro de presença dos alunos. Deveras que uma falha de segurança como esta pode impactar negativamente o projeto, deixar expostas crianças e jovens ao vazamento de informações pessoais em caso de retirada do cartão de memória do equipamento por uma pessoa mal-intencionada (pessoa não autorizada com acesso às imagens das câmeras).

20. Note-se que a garantia da funcionalidade da criptografia se demonstra essencial, vez que visa proteger dados pessoais de crianças e adolescentes. A criptografia é a ferramenta técnica apontada pelo órgão regulador para justamente proteger as informações dos menores de acessos não autorizados e demais situações acidentais possíveis, que, se ocorridas, gerarão impactos expressivos aos titulares dos dados.

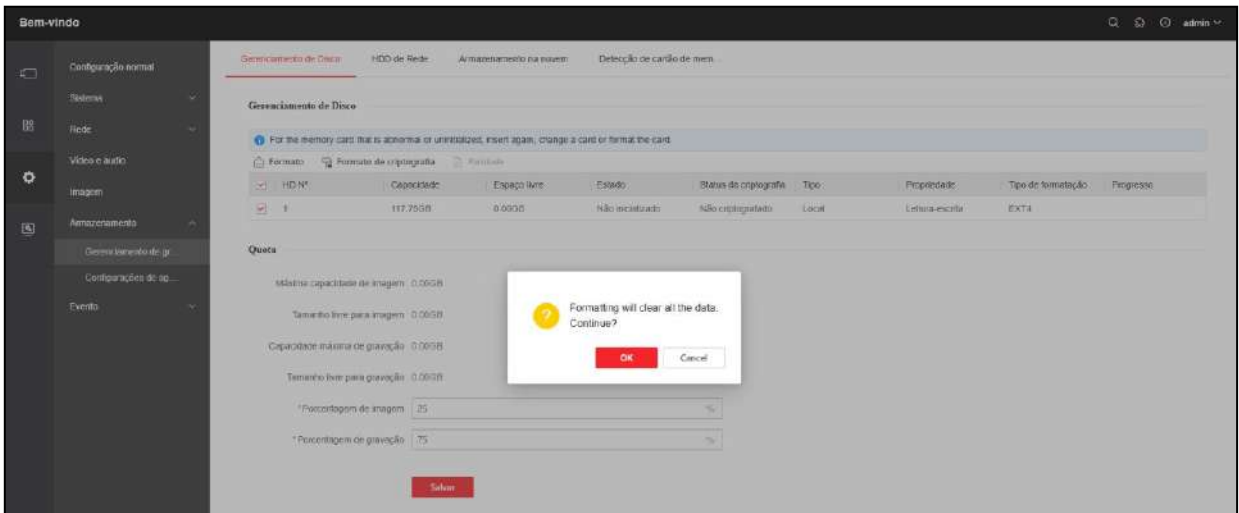
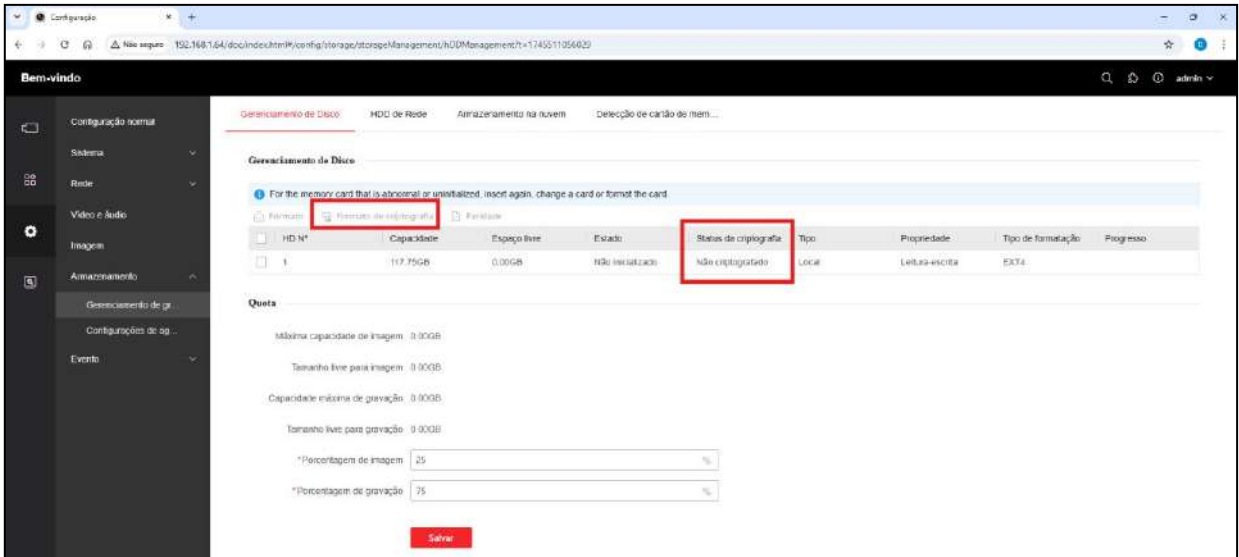
21. O documento apresentado pela parte vencedora como suposta evidência não traz a solidez e garantia imprescindível aos princípios da segurança e prevenção exigidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018). Neste contexto, é certo e inquestionável que o mero documento trazido pela vencedora não se mostra tecnicamente apto para garantir esta prevenção, deixando não só os titulares como o próprio órgão vulneráveis.

22. Isto porque o tratamento de dados pessoais, em especial de crianças e adolescentes, exige o estrito cumprimento da LGPD, que impõe a adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas, como a criptografia de dados e a implementação de controles de segurança, em conformidade com os princípios da finalidade, necessidade, segurança e prevenção. O descumprimento dessas obrigações configura violação direta aos artigos 6º, 14, 46 e 50 da LGPD, bem como às recomendações emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

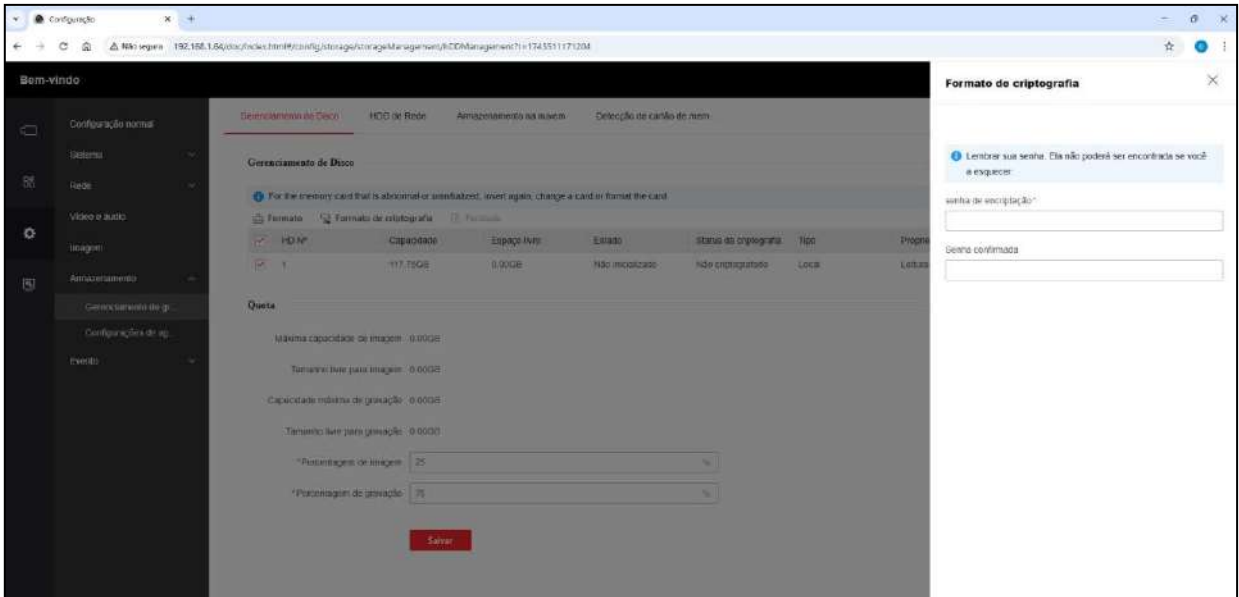
23. O não atendimento a essas medidas poderá acarretar graves sanções, tais como advertência, multa de até 2% (dois por cento) do faturamento anual, publicização da infração, bloqueio e eliminação dos dados pessoais, além de responsabilidade civil pelos danos causados. Dessa forma, a POSITIVO reforça que a ausência de medidas de segurança adequadas, neste caso a criptografia do armazenamento do cartão de memória, expõe o controlador e o operador a riscos jurídicos e financeiros elevados, sendo imprescindível a imediata adoção de práticas de proteção de dados compatíveis com o grau de sensibilidade da informação tratada.

24. A título de demonstração de como uma interface de cartão de memória com criptografia de armazenamento efetivamente funciona e pode ser comprovada na prática (não apenas documentalmente como o faz a licitante GRUPO MULTI), a POSITIVO traz imagens abaixo da interface do seu próprio produto ofertado e já aprovado pela CELEPAR no certame:

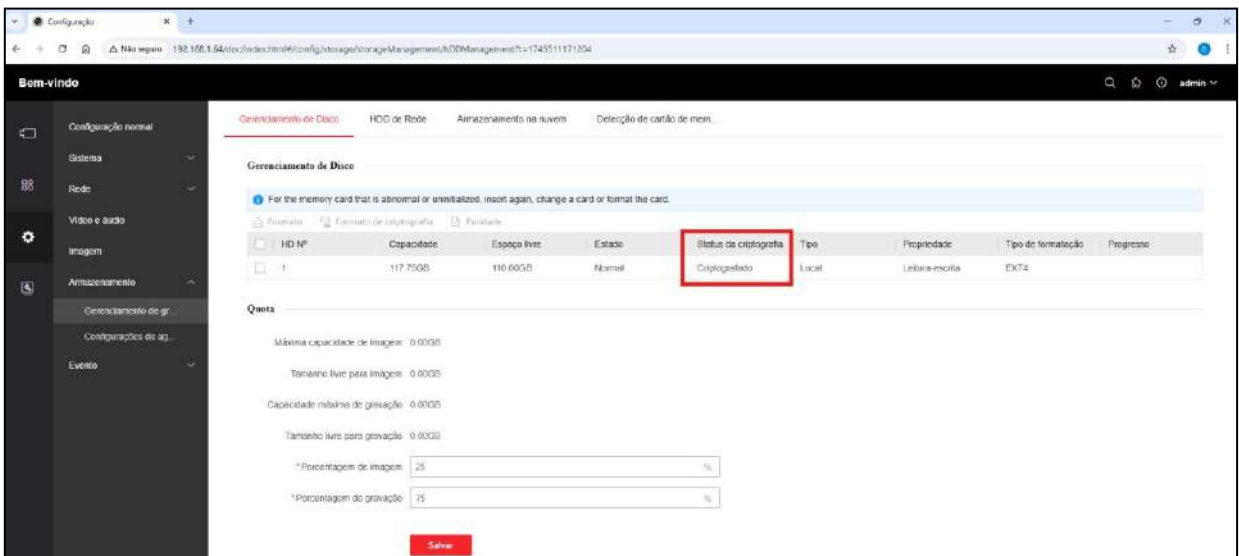
Criptografia funcional e outras informações relacionadas:



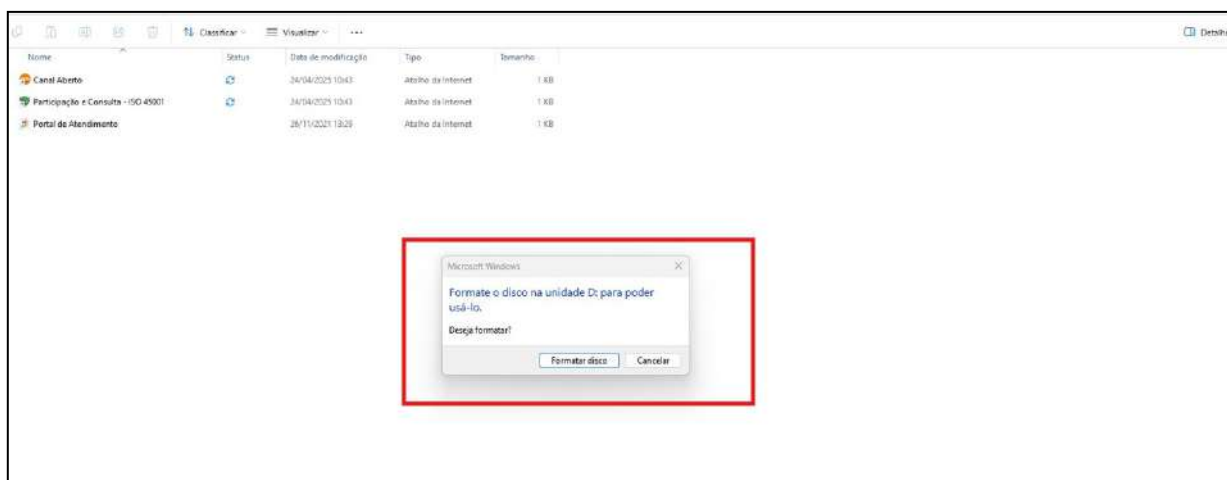
Definição de senha de criptografia após iniciar o processo de formatação criptografada



Processo de formatação finalizado:



Tentativa de utilização do cartão de memória para ver as imagens no computador:



25. Ou seja, muito diferente do que foi observado nas imagens da interface do equipamento de amostra da licitante GRUPO MULTI, visto que o cartão de memória ofertado para a câmera não demonstrou possuir armazenamento criptografado, e que, como explicitado, simplesmente não atende ao edital nessa relevante especificação técnica!

26. Portanto, absolutamente inaceitável a comprovação desta funcionalidade somente por meio documental devido à sua extrema importância para a finalidade e aplicação desta câmera, uma vez que a interface de armazenamento criptografado do cartão de memória não foi comprovada no equipamento de amostra apresentado pela RECORRIDA.

27. Por esses relevantes argumentos, desde já a POSITIVO requer que a CELEPAR realize uma nova sessão de homologação da amostra desta câmera para a realização desses testes/verificações ora suscitados em sede recursal, inclusive sendo autorizada sua participação/acompanhamento efetivo desses testes, com a consequente liberação de acesso físico à câmera, assim como a possibilidade de questionamentos, ambos não concedidos à esta RECORRENTE na sessão anterior, e que acabaram por motivar essa nova fase recursal, que, provavelmente, sequer seria necessária se esses apontamentos pudessem ter sido naquela oportunidade manifestados pela POSITIVO

28. E depois desses novos testes, certamente a conclusão será uníssona: trata-se de especificação técnica não atendida tal como exigido, o que, com todo respeito, é motivo mais do que suficiente para ensejar a desclassificação da proposta e amostra da licitante GRUPO MULTI no Lote 01 do Certame, o que desde já se requer

I III B – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PROTOCOLO RTCP:

29. O Termo de Referência do Edital estabelece que as câmeras do Lote 01 devem suportar o protocolo RTCP:

6.1.16 Deve suportar os protocolos e aplicações TCP/IP IPv4, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, NTP, RTP/RTCP, SNMP, SMTP.

30. Conforme a proposta e a amostra da câmera da licitante GRUPO MULTI, pode ser verificado na imagem do arquivo de comprovações técnicas que o equipamento ofertado não demonstra o protocolo RTCP, ou seja, deixou também de atender a mais essa exigência técnica do edital:

6.1.16 Deve suportar os protocolos e aplicações TCP/IP IPv4, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, NTP, RTP/RTCP, SNMP, SMTP.

Datasheet Multi: (página 1)

Link: <https://governo-arquivos.grupomulti.com.br/products/celepar-pr-pe-n-103-2024-57/files/249-datasheet-multi.pdf>

Inserido ao protocolo 23.070.017-6 por: **Elisabete Nehrke** em: 23/01/2025 16:43. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: e855d0200b8a8f1bd120c66122baae76.

Protocolos

TCP/IP, IPv4/v6, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, PPPoE, NTP, SMTP, UDP, SNMP, QoS, IEEE802.1x

Print Interface Câmera:

Configuração > Rede > Config. Básica

TCP/IP	HTTPS	DDNS	PPPoE	FTP	SNMP	Outro	QoS	802.1X
<input type="checkbox"/> DHCP								
Endereço IPv4		192.168.8.4		Teste		Modo IPv6		
Máscara Sub-Rede IPv4		255.255.255.0				Endereço IPv6		
Gateway IPv4		192.168.8.1				Máscara de sub-rede IPv6		
Servidor DNS primário		192.168.8.1				Gateway IPv6		
Alternativo DNS Server		8.8.8.8						
HTTP Porta		80						
RTSP Porta		554						
HTTPS Porta		443						
P2P Porta								

27 / 39

31. Explicando tecnicamente, o RTCP é um protocolo que funciona em conjunto o RTP, porém a existência do RTP não torna automática a existência do RTCP, pois a implementação dos 02 (dois) protocolos é feita de forma independente. Em aplicações de segurança, principalmente em grandes sistemas, o protocolo RTCP é de extrema importância pois ele: (i) monitora a qualidade da transmissão das câmeras (informando perda de pacotes, latência e jitter do fluxo de vídeo); (ii) atua como apoio de gravadores e softwares de monitoramento que utilizam diretamente do protocolo para ajustar e sincronizar melhor os fluxos do vídeo; (iii) ajuda no diagnóstico de saúde do sistema remotamente.

32. Novamente a POSITIVO traz as imagens abaixo do protocolo RCTP ativado do seu próprio produto ofertado e já aprovado pela CELEPAR no certame, a fim de demonstrar como um equipamento que possui o protocolo RTCP indica a sua existência, o que não aconteceu com a amostra do equipamento apresentado pela licitante GRUPO MULTI:



Captura de pacotes RTCP no Wireshark (cujo endereço de IP é o mesmo da câmera):

Capturing from Ethernet						
File Edit View Go Capture Analyze Statistics Telephony Wireless Tools Help						
rtcp						
No.	Time	Source	Destination	Protocol	Length	Info
20414	130.840982	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
20516	132.129736	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
20911	133.876716	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
21262	135.289216	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
21871	139.649640	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
22718	143.584444	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
22806	144.587321	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
23612	148.322864	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
24059	150.542174	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
24165	151.683721	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
25071	156.062743	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
25123	156.641870	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
25605	159.322991	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
26135	162.562327	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
26898	165.962774	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
27352	168.486225	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
28201	172.949203	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	98	Receiver Report Source description
28245	173.365050	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
29219	178.864925	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
29227	178.903345	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
30076	183.118987	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
30241	184.902833	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description
30986	187.978784	192.168.1.63	192.168.1.64	RTCP	98	Receiver Report Source description
31480	190.663662	192.168.1.64	192.168.1.63	RTCP	114	Sender Report Source description

Captura de pacotes RTP no Wireshark (cujo endereço de IP é o mesmo da câmera):

Capturing from Ethernet						
File Edit View Go Capture Analyze Statistics Telephony Wireless Tools Help						
rtp						
No.	Time	Source	Destination	Protocol	Length	Info
51371	296.554024	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27481,...
51372	296.554037	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27482,...
51373	296.554044	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	910	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27483,...
51374	296.614092	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27484,...
51375	296.614228	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27485,...
51376	296.614273	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27486,...
51377	296.614307	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1110	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27487,...
51378	296.653802	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27488,...
51379	296.653956	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27489,...
51380	296.653995	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27490,...
51381	296.654028	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1022	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27491,...
51382	296.714019	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27492,...
51383	296.714082	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27493,...
51384	296.714099	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27494,...
51385	296.714116	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1026	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27495,...
51386	296.753767	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27496,...
51387	296.753890	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27497,...
51388	296.753912	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27498,...
51389	296.753923	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	850	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27499,...
51390	296.813829	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27500,...
51391	296.813900	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27501,...
51392	296.813917	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27502,...
51393	296.814068	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1038	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27503,...
51394	296.853697	192.168.1.64	192.168.1.63	RTP	1482	PT=DynamicRTP-Type-96, SSRC=0x40832B08, Seq=27504,...

33. Vale lembrar que assim como todas as outras licitantes, a RECORRIDA participou da licitação e se vinculou aos termos editalícios, estando ciente (ou pelo menos deveria) acerca da obrigação de oferecer um equipamento que possuísse/atendesse todas as exigências do edital.

34. Não se deve incentivar a prática de não “punir” aqueles que não cumprem as exigências, pois isso remove a seriedade do processo e acaba por prejudicar aqueles que buscam ser corretos, ferindo a isonomia no processo licitatório. Em outras palavras, além do aspecto estritamente legal, não é justo e razoável para com as demais licitantes, que dispenderam o cuidado de preparar as suas propostas em estrita conformidade às exigências do Edital

35. Ora, se a redação do edital não deixa margem para dúvidas, e se em nenhum momento a licitante GRUPO MULTI ou qualquer outra licitante solicitou à CELEPAR, via esclarecimento e/ou impugnação, a flexibilização da abrangência da comprovação exigida, deve ser entendida como regra válida, vigente e aplicável para todas as licitantes interessadas no Certame (especialmente pela licitante até então declarada como vencedora), e que não pode ser simplesmente inobservada/desrespeitada sem maiores consequências!

36. Conclusivamente, trata-se de especificação técnica não atendida tal como exigido, o que, com todo respeito, é motivo mais do que suficiente para ensejar a desclassificação da proposta e amostra da licitante GRUPO MULTI no Lote 01 do Certame, o que desde já se requer

(...)

2. DAS CONTRARRAZÕES

Em resposta, a recorrida apresentou suas contrarrazões, que abaixo segue em seus principais pontos:

No caso concreto, por mais que neste momento não tenha nenhum efeito prático, cabe a Administração verificar as páginas 7 e seguintes das contrarrazões ao recurso administrativo da Multi, quando a empresa Positivo diz que os catálogos da Multilaser não poderiam ser aceitos em seu site, alegação já rechaçada pela administração.

Veja-se o parágrafo em que a empresa tenta ser contundente:

18. Sendo assim, claramente toda a documentação técnica e links enviados pela licitante GRUPO MULTI para o Lote 01 (que estão no seu próprio site) não podem e não devem ser considerados como comprovações válidas, pois de fato e de direito, não são do site do real fabricante do produto, como exigido em edital e que deveria ter sido oportunamente atendido, pois não foi isso que a RECORRENTE apresentou à CELEPAR!



Agora avaliando o produto entregue como amostra da Positivo é possível verificar a etiqueta com “Fabricado na China



Considerando que a Positivo em seus documentos apresentou que o seu modelo é fabricado pela “Positivo Tecnologia S.A.”, que houve indicação do link <https://www.positivoseg.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Ficha-tecnicaCIP-DL3836- ZA2SM.pdf>, como especificações técnicas e que entregou amostra fabricada por alguma empresa Chinesa, é evidente que entregou amostra divergente do que cotou na licitação.

Ou seja, mesmo que houvesse algum motivo para desclassificação do Grupo Multi, há que ressaltar que a Positivo deve ser desclassificada por entregar amostra divergente do que cotou na licitação, inclusive porque garante que é uma empresa 100% brasileira, ou seja, não possui fábrica própria na China:

3. Preliminarmente, pede-se licença para enfatizar que a POSITIVO é uma empresa sólida, 100% (cem por cento) brasileira, uma das líderes no mercado nacional em soluções e produtos de tecnologia, com expertise de mais de 35 (trinta e cinco) anos de atuação, inclusive em Projetos de Tecnologia da Informação de grande porte e complexidade no Segmento Governamental

Inclusive não seria exagero a Administração abrir processo administrativo sancionador contra a empresa, por tentar ludibriar a Administração entregando amostra fabricada na China, quando cotou produto fabricado no Brasil e o pior, tentou utilizar argumentação semelhante em suas contrarrazões, mostrando clara má-fé.

Por fim, a atitude do pregoeiro em declarar vencedora a recorrida deve ser mantida, visto que a empresa atendeu plenamente todos os requisitos previstos no edital, conforme será pontualmente demonstrado abaixo.

● DAS ALEGAÇÕES DA POSITIVO TECNOLOGIA

De plano, reiteramos que o equipamento ofertado pelo Grupo Multi atende rigorosamente a todas as especificações técnicas exigidas no edital de licitação. As funcionalidades de criptografia do cartão MicroSD e do protocolo RTCP são nativamente suportadas pelo produto, configuráveis conforme as demandas específicas do projeto. O equipamento foi projetado com alto grau de personalização, permitindo que o fabricante ajuste o firmware para otimizar a integração e o desempenho em cenários operacionais diversos, garantindo total adequação às necessidades da Administração.

É exatamente por este motivo que a Longse, fabricante Chinesa do produto tem a capacidade de fornecer este modelo de câmera para diversos países do mundo, incluindo o Brasil.

A amostra física apresentada teve como propósito primordial demonstrar a qualidade, a robustez e a capacidade do equipamento em atender às condições de uso previstas no projeto. A comprovação das especificações técnicas foi realizada de forma válida, por meio do datasheet técnico do fabricante, proposta comercial, ponto a ponto técnico, declarações e da própria amostra, em estrita observância às disposições do edital, não havendo qualquer irregularidade a ser imputada.

Cumprir destacar que o edital, em relação ao lote 1, não regulamentou de forma específica os procedimentos para análise da amostra, diferentemente do que ocorreu nos lotes 04, 05 e 06, onde foram estabelecidos critérios detalhados. Assim, a avaliação baseada em documentação técnica e na amostra física está em plena conformidade com as regras editalícias, sendo descabida qualquer alegação de descumprimento, até porque, de acordo com o entendimento dos Tribunais de Contas o edital deveria prever critérios objetivos para avaliação das amostras, o que só foi feito para os lotes 4, 5 e 6.

A análise de amostras, por sua natureza, visa verificar a adequação física e a capacidade geral do equipamento, não se confundindo com uma prova de conceito (PoC). Esta última é uma ferramenta técnica destinada a avaliar a viabilidade funcional e a interoperabilidade de soluções complexas, especialmente em projetos de tecnologia da informação que demandam integração entre múltiplos componentes. A PoC permite à Administração, em conjunto com os licitantes, configurar, testar e validar detalhadamente todas as funcionalidades exigidas, garantindo o desempenho integrado do sistema antes da celebração do contrato.

Assim, caso a Administração entenda ser necessária uma avaliação mais aprofundada, o Grupo Multi reafirma sua total disponibilidade para participar de uma prova de conceito, envolvendo todos os equipamentos vencedores dos respectivos lotes da licitação. Esse procedimento possibilitará a verificação prática da interoperabilidade e da funcionalidade do sistema como um todo, considerando a interdependência entre os equipamentos dos diversos lotes.

Ressaltamos que o equipamento do Grupo Multi incorpora protocolos de comunicação padrões, amplamente reconhecidos no mercado, que asseguram a interoperabilidade com os demais componentes cotados na licitação. Contudo, reconhecendo a complexidade do sistema proposto, reiteramos que a realização de uma PoC, abrangendo todos os lotes, é o mecanismo mais apropriado para demonstrar, de forma inequívoca, o funcionamento integrado e otimizado de todos os equipamentos, caso a Administração julgue necessário.

Diante do exposto, o Grupo Multi reafirma a plena conformidade do produto ofertado com as exigências do edital, sendo a amostra física e os documentos suficientes para atestar sua qualidade e adequação. Não obstante, colocamo-nos à disposição para participar de uma prova de conceito, caso a Administração opte por essa modalidade de avaliação, desde que conduzida de forma equânime, envolvendo todos os lotes da licitação, de modo a garantir a validação integrada do sistema

(...)

3. DA ANÁLISE DA COORDENADORA DA DISPUTA

Cabe mencionar que o Edital elencou as especificações técnicas para o lote 01, no Anexo – Termo de Referência item 6, e conforme informado no item 17.2 do Anexo – Termo de Referência: “A exigência da amostra poderá garantir que o produto a ser adquirido atenda às especificações técnicas, (...)”.

Desta forma, segue claro no Edital como será avaliada a amostra, reforçando que o Edital não previu prova de conceito com metodologia de avaliação.

A recorrente alegou que: “durante a sessão de vistas à amostra da RECORRIDA o manuseio da câmera, e em decorrência, sem acesso físico ao cartão de memória, impossibilitando à esta RECORRENTE a efetiva demonstração/comprovação à CELEPAR e aos demais presentes, na prática e sem sombra de dúvidas, de que o cartão de memória ofertado pela licitante GRUPO MULTI não possui criptografia de armazenamento, não atendendo assim relevante exigência técnica editalícia e finalística do equipamento!”.

Cumpramos esclarecer que durante a sessão de vistas à amostra acima mencionada foi concedido vistas de forma ampla não sendo os visitantes impedidos de manusear o objeto, a única restrição realizada foi com relação a realização de perguntas durante a sessão.

Após o recebimento do recurso, sendo matéria relativa às especificações técnicas do objeto, o recurso foi encaminhado para manifestação pela área técnica demandante.

Às fls. 3093, mov. 471, a área solicitante manifestou-se solicitando diligência conforme segue:

“Após a apresentação do recurso da empresa Positivo, verificamos que o software da câmera não apresentava, em nenhuma das suas telas de configuração, referência ou opção de configuração de criptografia de arquivos armazenados no cartão de memória, embora fizesse referência a criptografia na documentação enviada no processo 23.070.017-6 na folha 732 - movimento 179. Pois não foi possível observar ou reproduzir evidências da operação de criptografia no software da câmera para que pudéssemos ter a evidência de que faria segundo a documentação da fabricante. Visto esta situação, solicitamos diligência à empresa Multi, referente a amostra da câmera M5 ID840 IKZ AI do mesmo firmware, segundo ilustração, para que **apresente documentalmente as instruções de operação de criptografia** afim desta comissão possa reproduzir e consiga obter evidências que comprovem o atendimento do requisito 6.1.24do Termo de Referência do Edital de Licitação Eletrônica nº 113/2024.

(...)"

Às fls. 3175, mov. 493, a recorrida Grupo Multi respondeu a diligência com o seguinte conteúdo:

"Informamos que a câmera M5 ID840 IKZ AI possui um sistema de criptografia automática integrado ao seu firmware, o qual garante que todos os vídeos gravados no cartão microSD sejam criptografados de forma nativa, sem a necessidade de configuração manual pelo usuário. Essa funcionalidade foi projetada para assegurar a segurança dos dados gravados, conforme descrito na documentação técnica fornecida (folha 732, movimento 179).

Para verificar a operação da criptografia, basta realizar o seguinte procedimento:

1. Retirar o cartão microSD da câmera após a gravação de um vídeo;
2. Inserir o cartão microSD em outro equipamento de informática (como um computador);
3. Tentar abrir os arquivos de vídeo diretamente em um reproduzidor de mídia padrão.

Os arquivos gravados não poderão ser reproduzidos diretamente em outros dispositivos devido à criptografia aplicada automaticamente, evidenciando o atendimento ao requisito de segurança exigido.

Adicionalmente, esclarecemos que, é possível habilitar, por meio de uma configuração online, a funcionalidade de ativar ou desativar a criptografia dos arquivos gravados. Essa opção pode ser efetuada diretamente pela fabricante.

Reiteramos nosso compromisso em atender integralmente às exigências do Termo de Referência e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais ou para apoiar esta Comissão na reprodução das evidências solicitadas."

Em análise à diligência realizada, a área técnica demandante solicitou diligência complementar (fls. 3181, mov. 494) conforme segue:

"Analisamos a resposta da diligência solicitada referente à amostra da câmera M5 ID840 IKZ AI e perante a explicação e aos procedimentos apresentados, pedimos complemento de informações desta diligência:

Foi informado na resposta da diligência que a câmera M5 ID840 IKZ AI possui um sistema de criptografia automática integrado ao seu firmware, o qual garante que todos os vídeos gravados no cartão microSD sejam criptografados de forma nativa, sem a necessidade de configuração manual pelo usuário.

Precisamos do esclarecimento no caso de haver um extravio ou avaria da câmera como seria possível acessar novamente os vídeos gravados no cartão SD se as imagens são criptografadas?

Seria possível reproduzir e visualizar o vídeo no software da câmera inserindo o cartão SD com vídeo gravado por outra câmera da mesma marca, modelo e versão do firmware? Como podemos comprovar e gerar evidências das perguntas supracitadas fazendo testes pela equipe técnica da Celepar?

Visto esta situação, solicitamos diligência à empresa Multi respostas que apoiem o entendimento da comissão na verificação do atendimento do requisito 6.1.24 do Termo de Referência do Edital de Licitação Eletrônica nº 113/2024."

Às fls. 3189, mov. 497, a recorrida apresentou a resposta a diligência complementar conforme segue:

"(...)

Os arquivos gravados não poderão ser reproduzidos diretamente em outros dispositivos devido à criptografia aplicada automaticamente, evidenciando o atendimento ao requisito de segurança exigido. Adicionalmente, esclarecemos que, é possível habilitar, por meio de uma configuração online, a funcionalidade de ativar ou desativar a criptografia dos arquivos gravados. Essa opção pode ser efetuada diretamente pela fabricante. Reiteramos nosso compromisso em atender integralmente às exigências do Termo de Referência e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais ou para apoiar esta Comissão na reprodução das evidências solicitadas."

Em Parecer Final, (às fls. 3204, mov. 503), a área técnica concluiu o que segue:

O presente documento tem por objetivo expor o resultado da avaliação realizada em relação a amostra apresentada pela empresa Multi em relação as especificações constantes **no item 6.1.16 e 6.1.24 do Termo de Referência**.

A empresa Multi apresentou CÂMERA IP DOME 8MP VARIFOCAL MOTORIZADA AI, M5 ID840 IKZ AI como amostra, na quantidade de 1 (uma).

O item 6.1.16 do Termo de Referência, prevê as seguintes condições: Deve suportar os protocolos e aplicações TCP/IP IPv4, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, NTP, RTP/RTCP, SNMP, SMTP, DHCP.

Análise do Atendimento ao Requisito 6.1.16

Metodologia aplicada:

Para verificar o cumprimento do requisito 6.1.16, conectamos a câmera analisada a um endereço IP público válido, utilizando um emulador de switch Cisco Catalyst para intermediar o tráfego de rede. No emulador, configuramos políticas de QoS (Quality of Service) para priorização de pacotes. Em seguida, geramos tráfego de vídeo a partir do dispositivo e capturamos os dados transmitidos por meio do software Wireshark. A câmera gera "marcação" dos pacotes RTCP apenas se estiver na Internet em um IP válido.

Resultados:

Ao filtrar os pacotes capturados pelo protocolo RTCP (Real-Time Control Protocol), identificamos a utilização desse padrão pela câmera durante a transmissão. A presença do RTCP confirma que o dispositivo implementa mecanismos de controle de fluxo e sincronização de mídia, atendendo ao requisito técnico avaliado.

Conclusão:

A combinação do emulador de rede, configuração de QoS e análise forense com Wireshark permitiu validar a conformidade do sistema com o requisito 6.1.16. **Portanto foi possível identificar o atendimento ao requisito 6.1.16 na amostra apresentada.**

(...)

Análise do Atendimento ao Requisito 6.1.24

Metodologia e Resultados:

Para avaliar o atendimento a esse requisito, inicialmente considerou-se que ele havia sido cumprido, pois a documentação fornecida pela empresa indicava que os arquivos gravados no cartão de memória eram armazenados de forma criptografada. No entanto, após a apresentação de um recurso, previsto em regulamento, de uma das empresas concorrentes, que questionou a efetiva existência da criptografia, a Celepar realizou uma segunda análise, para checar os pontos apresentados pela contestante. Pedimos diligência a Multi para compreender como executar a criptografia e, durante a avaliação da amostra entregue, o cartão de memória foi removido da câmera e os arquivos encontrados, com extensão .MP4, foram analisados. Tentou-se reproduzi-los utilizando o reprodutor de vídeo VLC, sem sucesso — o que indicaria a presença da criptografia. Contudo, ao utilizar o software próprio da câmera, foi possível reproduzir os vídeos. Com relação a resposta da diligência foi informado que "Os arquivos gravados não poderão ser reproduzidos diretamente em outros dispositivos devido à criptografia aplicada automaticamente, evidenciando o atendimento ao requisito de segurança exigido." Porém, a dúvida técnica persistiu e solicitamos um complemento de diligência para compreender como poderia ser acessado as imagens do cartão no caso de extravio ou avaria da câmera e também se seria possível acessar por outra câmera da mesma marca, modelo e versão do firmware. A empresa Multi informou que não seria possível acessar novamente as imagens em outra câmera, pois seria exclusivo aquela câmera da mesma marca e modelo, assim tornando as imagens irrecuperáveis.

Conclusão:

A análise da amostra revela que, embora não tenha sido possível confirmar explicitamente a criptografia dos arquivos por métodos convencionais — dada a ausência de configurações ou parametrizações relacionadas a criptografia no software da câmera — o acesso aos vídeos é restrito ao software da câmera utilizada para a gravação, exigindo autenticação.

Essa restrição inicial sugere a existência de um mecanismo de proteção. Contudo, os testes realizados não permitem afirmar que se trata de criptografia conforme o requisito. A criptografia, por definição, exige um método para encriptar um conteúdo usando uma chave conhecida, tornando-o ilegível independentemente do software ou hardware de visualização. Essa funcionalidade específica de criptografia, com o uso de chaves para proteção e decodificação, não foi encontrada no software da câmera.

Confirmamos que os arquivos só puderam ser abertos com o software do fabricante da câmera específica. Entretanto, a diligência apontou uma fragilidade crítica: um terceiro, não sendo o controlador ou operador do dado, poderá acessar o conteúdo em caso de furto da câmera. Isso ocorre porque não é possível usar uma chave criptográfica para proteger o conteúdo do cartão SD da câmera furtada, o que permitiria a esse terceiro o acesso irrestrito às imagens gravadas.

Embora o acesso via software da câmera gere uma dependência exclusiva para cada dispositivo, a mera autenticação de usuário e senha por uma licença de software não equivale à criptografia. Essa lacuna de proteção expõe a possibilidade de um terceiro acessar as imagens gravadas, o que fere os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na relação entre a operadora e a controladora dos dados.

Fundamentação da Não Conformidade:

Considerando que o item 6.1.21 tem como objetivo principal a proteção total do acesso

aos conteúdos por meio de criptografia, permitindo o acesso exclusivo ao controlador e operador dos dados em atendimento à LGPD:

A mera autenticação por usuário e senha via licença de software da câmera não garante a proteção total ao acesso dos vídeos gravados sem a dependência intrínseca do hardware.

Os conteúdos gravados no cartão não estão, de fato, criptografados de acordo com as boas práticas e conceitos de criptografia necessários para a conformidade com a LGPD.

A vulnerabilidade de acesso por terceiros em caso de furto da câmera, devido à impossibilidade de proteção por chave criptográfica, contraria diretamente o espírito e a letra da LGPD no que tange à segurança e privacidade dos dados.

Diante do exposto, e considerando a relevância do tema para o Ministério Público do Paraná, que realiza inspeções sobre o cumprimento da LGPD neste projeto, entendemos que o item 6.1.21 não é atendido na amostra apresentada.

Em resumo:

O requisito 6.1.16 atende na amostra apresentada.

O requisito 6.1.21 não atende na amostra apresentada

Tendo em vista que a recorrente ataca a ausência dos requisitos constantes nos itens 6.1.24 e 6.1.16 do Anexo – Termo de Referência, o Parecer Técnico é conclusivo no sentido de que a amostra apresentada pelo Grupo Multi, **não atende o requisito 6.1.21 do Anexo – Termo de Referência do Edital.**

Assim, **cabe razão à recorrente com relação ao não atendimento do requisito constante item 6.1.21 do Anexo - Termo de Referência do Edital pela recorrida Grupo Multi.**

5) DAS ALEGAÇÕES FEITAS PELA RECORRIDA COM RELAÇÃO À PROPOSTA DA LICITANTE POSITIVO

A recorrida alega resumidamente que:

“Considerando que a Positivo em seus documentos apresentou que o seu modelo é fabricado pela “Positivo Tecnologia S.A.”, que houve indicação do link <https://www.positivoseg.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Ficha-tecnicaCIP-DL3836-ZA2SM.pdf>, como especificações técnicas e que entregou amostra fabricada por alguma empresa Chinesa, é evidente que entregou amostra divergente do que cotou na licitação.

Ou seja, mesmo que houvesse algum motivo para desclassificação do Grupo Multi, há que ressaltar que a Positivo deve ser desclassificada por entregar amostra divergente do que cotou na licitação, inclusive porque garante que é uma empresa 100% brasileira, ou seja, não possui fábrica própria na China:

3. Preliminarmente, pede-se licença para enfatizar que a POSITIVO é uma empresa sólida, 100% (cem por cento) brasileira, uma das líderes no mercado nacional em soluções e produtos de tecnologia, com expertise de mais de 35 (trinta e cinco) anos de atuação, inclusive em Projetos de Tecnologia da Informação de grande porte e complexidade no Segmento Governamental”

Sobre a amostra e documentos apresentados pela empresa POSITIVO, cabe apontar que foi garantido o direito de recurso. No entanto, em respeito ao princípio da autotutela trataremos do tema.

Para análise do tema, solicitamos a manifestação da recorrente que apresentou resumidamente os seguintes argumentos:

Dito isso, informamos que a amostra foi, de fato, fabricada na China para a POSITIVO sob o regime de OEM, conforme Declaração de OEM em anexo (DOC 01). O edital do certame não vedou a oferta de produtos sob o Regime de OEM, ou seja, o fornecimento da câmera ofertada pela POSITIVO está em completo acordo com o Instrumento Convocatório da CELEPAR.

A fabricação de produtos em regime de OEM (Original Equipment Manufacturer) é uma prática

amplamente adotada por inúmeros fabricantes de equipamentos de Tecnologia da Informação,

tanto nacionais como multinacionais, sendo perfeitamente aceita e reconhecida no mercado. Em linhas gerais, este entendimento é corrente no mercado: fabricantes que adquirem produtos em regime de OEM possuem legalidade e legitimidade para comercializar produtos como de sua fabricação própria, prestando inclusive o atendimento em garantia nos mesmos padrões de qualidade. Desta forma, registram sua marca, sem que isto impacte em qualquer diferença.

Sendo assim, a POSITIVO possui poderes para fornecer e declarar o produto ofertado no certame como seu próprio, pois conforme o Regime de OEM esta empresa é considerada para todos os fins como a fabricante do produto. O que não ocorreu na proposta da licitante GRUPO MULTI, que informou a empresa LONGSE como a fabricante do produto, não sendo este fornecido em Regime de OEM, mas fez diversas declarações nos documentos de sua proposta como se a própria licitante GRUPO MULTI fosse a fabricante da câmera.

Também é importante ressaltar que a câmera ofertada foi especificamente desenvolvida para atender aos requisitos solicitados no edital da CELEPAR, fato que reforça a competência da POSITIVO em realizar customizações conforme a necessidade de cada cliente, permitindo um controle mais refinado sobre o produto final.

Por fim, reiteramos que não procedem nenhum dos argumentos apresentados pela licitante GRUPO MULTI em suas contrarrazões, motivo pelo qual o Recurso da POSITIVO deve ser analisado e integralmente julgado procedente.

Sendo matéria técnica do edital, solicitamos manifestação da área técnica que informou o que segue:

Referente ao pedido de manifestação da área solicitante (fl. 3220, mov 505) da manifestação sobre as alegações constantes às fls. 3141, mov. 483, feitas nas contrarrazões recursais apresentadas pela empresa GRUPO MULTI, de que a amostra apresentada pela empresa POSITIVO não é fabricada no Brasil, bem como a manifestação da empresa POSITIVO às fls. 3185, mov. 496, **a equipe técnica da área solicitante entende que no edital não há especificação referente a exigência de regime de fabricação ou origem do produto a ser ofertado pelas empresas que precisamos avaliar e julgar.**

Diante do exposto, esta Coordenadora da Disputa entende que não há no Edital exigência de que o objeto seja fabricado no Brasil, desta forma, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório **não cabe razão a alegação da recorrida.**

6) CONCLUSÃO

Neste sentido, a Coordenadora da Disputa **julga PARCIALMENTE PROCEDENTE O RECURSO** interposto pela empresa **POSITIVO TECNOLOGIA S/A com a consequente desclassificação da licitante GRUPO MULTI, declarando vencedora a licitante POSITIVO TECNOLOGIA S/A.** Nada mais havendo para ser tratado eu, Elisabete Nehrke, lavrei a presente ata.

(assinado digitalmente)
Elisabete Nehrke
Coordenadora da Disputa

Documento: **LE1032024ATA_JULGAMENTO_RECURSO_POSITIVO.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Elisabete Nehrke** em 03/06/2025 15:12.

Inserido ao protocolo **23.070.017-6** por: **Elisabete Nehrke** em: 03/06/2025 15:10.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a9a27f4d7af0d16753b73aa19053c706.